



**INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA
PASCUAL BRAVO**

Código: GDC-FR-14
Versión 15



1030

Medellín, Colombia
Outubro 2, 2020

**Liana Sonza dos Santos
UNOCHAPECÓ**

Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais
Servidão Anjo da Guarda, nº 295
Bairro Efapi
Chapecó. Santa Catarina
BRASIL
Cep 89809.900
Tel: + 55 (49) 3321-8308

Prezada Liana:

Envio dois originais do Termo Geral de Cooperação para assinatura do seu Reitor.

Por favor, pode enviar-me uma cópia digitalizada para o meu e-mail
(international@pascualbravo.edu.co) e pode devolver uma cópia para o endereço
abaixo:

Juan G. Mazo
Institución Universitario Pascual Bravo
Internacionalizacion
Calle 73 # 73 A – 226
Medellín. Antioquia
Colombia
Codigo Postal 050036
Tel: + 57 4 448-0520



Institución Universitaria - Vigilada Mineducación
PBX (+57 4) 448 0520 / FAX: (+57 4) 493 6363
Calle 73 No. 73A - 226, Vía El Volador
Línea gratuita: 01 8000 510944
www.pascualbravo.edu.co



Estou ansioso para explorar maneiras de cooperar entre nossas duas universidades.

Obrigado.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'JGM', written in a cursive style.

Juan Guillermo Mazo González
Chefe de Internacionalização



TERMO GERAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA, PEDAGÓGICA E DE INTERCÂMBIO TERMO GERAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA, PEDAGÓGICA E DE INTERCÂMBIO QUE CELEBRAM A INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA PASCUAL BRAVO (COLÔMBIA) E A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ UNOCHAPECÓ, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS, ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS.

ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN TÉCNICA, CIENTÍFICA, EDUCATIVA Y DE INTERCAMBIO ENTRE LA INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA PASCUAL BRAVO (COLOMBIA) Y LA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ, PARA EL DESARROLLO DE ACTIVIDADES DIDÁCTICO PEDAGÓGICAS, ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS, CULTURALES Y CIENTÍFICAS.

A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ), instituição de educação superior, com sede na Servidão Anjo da Guarda, 295 - D, CEP 89.809-900, na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, Brasil, credenciada pelo Decreto Estadual n.º 5.571 de 27 de agosto de 2002, mantida pela **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE (FUNDESTE)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida a Servidão Anjo da Guarda, 295-D, CEP 89.809-900, na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, Brasil, inscrita no CNPJ sob n.º 82.804.642/0001-08, doravante denominada simplesmente **UNOCHAPECÓ**, neste ato representada pelo seu Reitor, Prof. Claudio Alcides Jacoski e **INSTITUCIÓN UNIVERSITÁRIA PASCUAL BRAVO**, criada pelo Decreto 108 de 1950, reorganizada pela Lei 52 de 1982 e incorporada ao Município de Medellín pelo Acordo Municipal 28 de 2008, Estabelecimento Público de Ensino Superior, da ordem municipal, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimônio autônomo, devidamente constituído para contratar pelo Convênio 015 de 2017 e identificado com o NIT. 890.980.153-1

com sede na cidade Medellín, Departamento de Antioquia. localizado em Colômbia. doravante

La **UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ**, institución de educación superior, con sede en la Servidão Anjo da Guarda, 295 - D, en la ciudad de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Brasil, legalmente constituida por el Decreto Estatal n.º 5.571, de 27 de agosto de 2002, mantenida por la **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE (FUNDESTE)**, persona jurídica de derecho privado, ubicada en la Servidão Anjo da Guarda, 295 - D, en la ciudad de Chapecó, estado de Santa Catarina, Brasil, inscrita en el CNPJ n.º 82.804.642/0001-08, de ahora en adelante denominada **UNOCHAPECÓ**, representada en este acto por su Rector Sr. Claudio Alcides Jacoski y la **INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA PASCUAL BRAVO**, creada por el Decreto 108 de 1950, reorganizado por la Ley 52 de 1982 e incorporado al Municipio de Medellín mediante Acuerdo Municipal 28 de 2008, Establecimiento Público de Educación Superior, del orden municipal, con personería jurídica, autonomía administrativa y patrimonio independiente, debidamente facultado para contratar por el Acuerdo 015 del 2017 e identificada con el NIT. 890.980.153-1

con sede en la ciudad de Medellín, Departamento de Antioquia. Colombia y de



Handwritten signature and initials.

denominado I.U. PASCUAL BRAVO, representado por seu Reitor Juan Pablo Arboleda Gaviria deciden o seguinte Acordo de Cooperação, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

ahora en delante denominada I.U. PASCUAL BRAVO, representada por su Rector, Juan Pablo Arboleda Gaviria deciden firmar el siguiente Acuerdo de Cooperación, de acuerdo con las siguientes cláusulas y condiciones:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto o interesse recíproco de atuação conjunta entre **UNOCHAPECÓ e I.U. PASCUAL BRAVO**, o objetivo de desenvolver as ações indicadas na Cláusula segunda.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS AÇÕES

As ações envolvidas no âmbito da colaboração poderão ser, dentre outras, as seguintes:

- I. Intercâmbio de docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, gestores e técnico-administrativo;
- II. Desenvolvimento conjunto de projetos e pesquisas;
- III. Promoção de eventos científicos, seminários, simpósios, workshops;
- IV. Elaboração de artigos científicos e outras publicações;
- V. Oferta de cursos;
- VI. Orientação e co-orientação de dissertações.

Parágrafo Primeiro. As ações envolvidas serão previamente acordados entre as partes, através de termo aditivo ou outro instrumento próprio vinculado a este instrumento.

Parágrafo Segundo. As instituições envidarão esforços para a realização de intercâmbio de docentes com a finalidade específica de cada uma, na qualidade de professores contratados de acordo com as regras de cada instituição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações comuns das partes:

- I. Criar as condições necessárias para o bom funcionamento do objeto do presente convênio;
- II. Colaborar no aperfeiçoamento científico docente, mediante convite comum a professores visitantes, nacionais ou estrangeiros, bem como

1. CLÁUSULA PRIMERA - DEL OBJETO

El presente Acuerdo de Cooperación tiene por objeto el interés común para la acción conjunta entre **UNOCHAPECÓ y I.U. PASCUAL BRAVO** con el propósito de desarrollar las acciones que se indican en la cláusula segunda.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DE LAS ACCIONES

Las acciones involucradas en el marco de la cooperación pueden incluir, entre otros, los siguientes:

- I. Intercambio de profesores, investigadores, estudiantes de graduación y posgrado, gerentes y miembros del equipo técnico administrativo.
- II. Desarrollo conjunto de proyectos e investigaciones.
- III. Promoción de eventos científicos, seminarios, simposios, talleres;
- IV. Preparación de trabajos científicos y otras publicaciones;
- V. Ofrecer cursos;
- VI. Dirección y codirección de tesis de maestría.

Párrafo Primero. Las acciones involucradas serán acordadas previamente entre las partes, a través de término adicional u otro instrumento en sí vinculado a este instrumento.

Párrafo Segundo. Las instituciones se esforzarán por realizar intercambios docentes para el propósito específico de cada uno, como docentes contratados de acuerdo con la normativa de cada institución

3. CLÁUSULA TERCERA – DE LAS OBLIGACIONES DE LAS PARTES

Son obligaciones de las partes comunes:

- I. Crear las condiciones necesarias para el buen desarrollo del objeto de este acuerdo.
- II. Colaborar en el desarrollo científico de los profesores, por invitación mutua a profesores



se proporão a buscar conjuntamente recursos junto às instituições de fomento para o desenvolvimento das atividades propostas;

III. Estabelecer critérios de reciprocidade no que se refere a isenção de pagamento de inscrições e taxas acadêmicas durante o período de mobilidade acadêmica, mediante termo aditivo a este instrumento ou nos instrumentos próprios que regularem as ações a serem executadas;

IV. Permitir que estudantes, com prévia autorização da Universidade de origem poderão cursar disciplinas dentre as ofertadas pela Universidade de destino;

V. Fornecer aos estudantes visitantes um certificado de frequência, com as disciplinas cursadas e as avaliações obtidas;

VI. Fazer uso do mesmo sistema de exames e avaliações utilizados em cada Instituição para os estudantes visitantes.

VII. Efetuar a convalidação dos estudos realizados pelos estudantes na universidade conveniada, desde que possível, e de acordo com a legislação vigente em cada país.

Parágrafo Primeiro. O intercâmbio de estudantes de pós-graduação e docentes entre as universidades consistirá na realização de permanências curtas, ou seja, o tempo necessário para participar de cursos, pesquisas, oficinas, seminários ou workshops, cuja duração máxima permitida nesse caso será de um período acadêmico.

Parágrafo Segundo. No caso de intercâmbio de pessoal docente, pesquisadores ou pessoal técnico, a instituição que está enviando aplicará suas próprias regras para o intercâmbio em si, e a Instituição hospedeira dará assistência aos visitantes no sentido de obter um alojamento apropriado, e se possível, oferecerá um alojamento a custo razoável.

visitantes, nacionais o extranjeras, así como, proponer a buscar conjuntamente recursos de las agencias de apoyo, para el desarrollo de las actividades propuestas.

III. Establecer criterios de reciprocidad con respecto a la exención del pago de matrícula y tasas académicas durante el periodo de movilidad académica, a través de un convenio específico a este instrumento o en los instrumentos que regularán las acciones a realizar;

IV. Permitir a los estudiantes, con el permiso de la Universidad o Institución Universitaria de origen, tomar materias ofrecidas por la Universidad o Institución Universitaria de destino;

V. Proporcionar a los estudiantes visitantes un certificado de asistencia, con las materias estudiadas y las calificaciones obtenidas;

VI. Hacer uso del mismo sistema de exámenes y evaluaciones en cada institución para estudiantes visitantes.

VII. Hacer la homologación de los estudios realizados por los alumnos en la institución, tanto como sea posible, y de acuerdo con la legislación vigente en cada país;

Párrafo Primero. El intercambio de estudiantes de posgrado y profesores entre universidades consistirá en la realización de estancias cortas, esto es, el tiempo necesario para asistir a cursos, investigaciones, talleres, seminarios o *workshops*, cuya duración máxima permitida en este caso será un período académico.

Párrafo Segundo. En el caso de intercambio de profesores, investigadores o personal técnico, la institución acreditante aplicará sus propias reglas para el intercambio, y la institución anfitriona deberá prestar asistencia al alumno visitante en lo que se refiere al alojamiento, en la medida de lo posible, ofrecerá un alojamiento de calidad a un precio razonable.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Parágrafo Terceiro. As obrigações de cada uma das instituições perante esse termo de cooperação limita-se ao intercâmbio de estudantes e/ou docentes não estendendo-se a cônjuges ou dependentes. Os custos com o acompanhamento de cônjuges ou dependentes são de responsabilidade do estudante e/ou docente.

Párrafo Tercero. Las obligaciones de cada una de las instituciones, bajo el convenio de colaboración, se limita al intercambio de estudiantes y/o profesores no extiende a los cónyuges o dependientes. Los costos para el acompañamiento de cónyuges o dependientes son de la responsabilidad del estudiante o docente.

4. CLÁUSULA QUARTA -DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA

4. CLÁUSULA CUARTA- LAS OBLIGACIONES DE LOS PARTICIPANTES DE LOS PROGRAMAS DE MOVILIDAD ACADÉMICA

Sem prejuízo das demais disposições constantes no presente termo, no ordenamento de cada instituição, no termo de compromisso, e na legislação vigente, são obrigações dos estudantes, docentes, pesquisadores e técnicos em mobilidade acadêmica:

Sin perjuicio de las demás disposiciones de este término, el ordenamiento de cada institución, en el término de compromiso y en la legislación vigente, son obligaciones de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos en movilidad académica:

I. Contratar uma apólice de seguro que garanta a cobertura de cuidados de saúde e quaisquer outros que sejam necessários, excluindo as Instituições de acolhimento de qualquer responsabilidade;

I. Contratar una póliza de seguro que garantiza la cobertura de salud y cualesquiera otras que sean necesarias, liberando de cualquier responsabilidad a las instituciones anfitrionas;

II. Cumprir com as exigências para o encaminhamento do visto específico para a atividade proposta na Instituição anfitriã;

II. Cumplir con los requisitos para la expedición de la visa específica para la actividad propuesta en la institución anfitriona;

III. Observar e cumprir com os requisitos de admissão apresentados pela universidade de destino, sempre respeitando os prazos de inscrição, caso desejarem ser admitidos/as pela universidade de destino nos termos deste acordo;

III. Observar y cumplir con los requisitos de admisión presentados por la Universidad de destino, siempre respetando los plazos de inscripción, si desean ser admitidos/as en la Universidad de destino bajo este acuerdo;

IV. Responsabilizar-se pelo pagamento de seu deslocamento até a Universidade de destino, assim como despesas com acomodação, alimentação, transporte, dentre outras, que se façam necessárias durante o período de intercâmbio;

IV. Ser responsable por el pago de su desplazamiento a la Universidad de destino, así como los gastos de alojamiento, comida, transporte, entre otros, durante el período de intercambio;

V. Sujeitar-se às regras, normas e códigos de conduta da instituição de destino, resguardando-se o direito de terminar o programa daqueles que desrespeitarem qualquer normativa;

V. Someterse a las reglas, normas y códigos de conducta de la institución de destino, salvaguardar el derecho a expulsar del programa a aquellos que incumplan las normas.



Handwritten signatures in blue ink.

VI. Responsabilizar-se única e exclusivamente por qualquer ato ou incidente provocado pelo participante;

VII. Retornar à sua instituição de origem ao término do prazo do intercâmbio. Qualquer prorrogação do período na instituição anfitriã deverá ser previamente aprovada por ambas as instituições.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS ÓRGÃOS DE CONTATO

Cada uma das partes indicará um representante para ser responsável pela coordenação e administração do programa:

I. Para Unochapecó, Analista de Relaciones Nacionales e Internacionales, Liana Sonza dos Santos.

II. Para I. U. Pascual Bravo, Chefe de Internacionalização, Juan G. Mazo

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação é de 5 ano(s), tendo início a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA RESOLUÇÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Cooperação será resolvido, pela seguintes hipóteses:

I. Por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas, respondendo as parte infratora pelas perdas e danos decorrentes;

II. Por iniciativa de uma das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas;

VI. Será responsable única y exclusivamente por cualquier acto o incidente causado por el participante;

VII. Regresar a su institución de origen al final del periodo de intercambio. Cualquier extensión del período en la institución anfitriona debe ser previamente aprobado por ambas instituciones.

5. CLÁUSULA QUINTA – DE LA COORDINACIÓN

Cada parte designará un representante responsable de la coordinación y administración del programa:

I. Para Unochapecó, Analista de Relaciones Nacionales e Internacionales, Liana Sonza dos Santos.

II. Para I. U. Pascual Bravo, Jefe de Internacionalización, Juan G. Mazo

CLÁUSULA SEXTA – DE LA DURACIÓN

El período cubierto por este acuerdo de cooperación es 5 años a partir de la fecha de firma.

CLÁUSULA SÉPTIMA – DE LA RESOLUCIÓN Y DE LA DENUNCIA


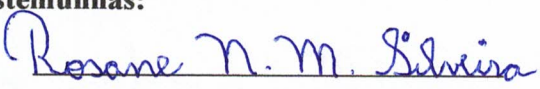
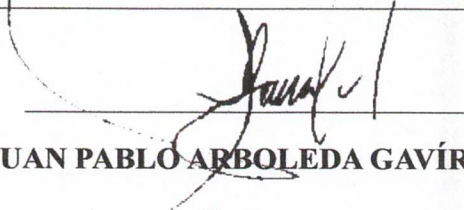
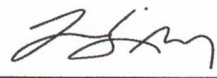
El presente acuerdo de cooperación se considerará extinguido en los casos de:

I. Infracción legal o violación de sus cláusulas, respondiendo la parte infractora por los daños y perjuicios;

II. Por iniciativa de una de las partes, mediante comunicación expresa, con antelación mínima de 60 (sesenta) días, respondiendo cada partícipe, en cualquier caso, de las obligaciones asumidas.



Handwritten signatures in blue ink.

<p>III. Por mútuo consentimento;</p>	<p>III. Por mutuo acuerdo.</p>
<p>Parágrafo único. Na hipótese de resolução por iniciativa de uma das partes e por mútuo consentimento, ficará assegurada a continuidade das ações em andamento.</p>	<p>Párrafo único. En el caso de una resolución sobre la iniciativa de una de las partes y por mutuo consentimiento, se garantizará la continuidad de las acciones ya en marcha.</p>
<p>CLÁUSULA OITAVA – DO FORO</p> <p>Qualquer conflito que surgir na celebração do Contrato será analisado e resolvido pelos representantes legais de cada Instituição, em qualquer caso as divergências ou conflitos serão submetidos a meios alternativos de resolução de conflitos. Os elementos que comprometam o bom nome, a idoneidade, a transparência ou o descumprimento das leis que regem cada país que envolvam as partes serão objeto de processos judiciais e nestes casos o foro competente será o do país onde o originou o conflito</p> <p>Por estarem de acordo, firmam este instrumento de igual teor e forma em quatro vias, na presença de duas testemunhas abaixo indicadas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, que entrará em vigor na data de sua assinatura.</p> <p>Chapecó <u>17</u> de <u>novembro</u> de 2020.</p>	<p>CLÁUSULA OCTAVA – JURISDICCIÓN COMPETENTE</p> <p>Cualquier conflicto que se presente en la ejecución del Convenio será analizado y resuelto por los representantes legales de cada Institución, en todo caso las divergencias o conflictos serán sometidos a medios alternativos de solución de conflictos. Será motivo de procesos de carácter judicial aquellos elementos que comprometan el buen nombre, la honorabilidad, la transparencia o el no cumplimiento de las leyes que rigen en cada país que implica a las partes y en estos casos la jurisdicción competente será la del país donde se originó el conflicto.</p> <p>Como testimonio de la aprobación en los términos de este convenio, firman en cuatro ejemplares de igual contenido y forma para los fines que se destinan, en presencia de dos testigos a continuación, así que tome sus efectos legales, que entrará en vigor en la fecha de su firma.</p> <p>Medellín, <u>28</u> de Septiembre de 2020.</p>
<p></p> <p>Claudio Alcides Jacoski Reitor</p> <p>Testemunhas:  XXXXXXXXXX 80581579968</p>	<p></p> <p>JUAN PABLO ARBOLEDA GAVÍRIA Rector</p> <p>Testigos:  JUAN GUILLERMO MAZO GONZÁLEZ</p>

